# NOVO *STATUS* SANITÁRIO PARA A CADEIA DE CARNE BOVINA

JÚLIO BARCELLOS[1], TAMARA E. DE OLIVEIRA[2], ANNA I. C. P. SUÑÉ[3]

*A obtenção de um novo* status *sanitário na área animal é muito relevante para o setor de carne bovina no Brasil, pois abre novos mercados. Contudo, para isso, requer ações conjuntas de todos os segmentos da cadeia produtiva.*

OS ESTADOS do Acre, do Paraná, do Rio Grande do Sul e de Rondônia e parte do Amazonas e de Mato Grosso estão no processo de finalização da última campanha de vacinação prevista no Programa Nacional de Erradicação e Prevenção da Febre Aftosa (PNEFA). Essas regiões pleiteiam incorporar, em 2021, o *status* já obtido por Santa Catarina. Isso representará um passaporte para o ingresso das carnes – especialmente, a bovina e a suína – em mercados internacionais de maior valor.

A garantia de zona livre de febre aftosa sem vacinação dependerá da ação integrada de diversos agentes da cadeia produtiva. Como apoio, será necessário a implantação de uma rastreabilidade "conjugada", que unifica três bases de informações: sanitárias; de estabelecimento rural georreferenciado; e de movimentação do rebanho com Guia de Trânsito Animal Eletrônica (e-GTA) e de identificação animal.

O estímulo às exportações deverá ser criado, e sinais claros aos mercados devem estar sustentados na qualidade do produto e na veracidade e transparência das informações. A simples definição e o alcance de um novo *status* sanitário de uma região não asseguram retornos econômicos imediatos à pecuária de corte, mas criam um ambiente para a introdução de um conjunto de ações que podem indiretamente ter relevantes significados na cadeia produtiva e nos benefícios financeiros diretos aos pecuaristas.

**DADOS ESTATÍSTICOS DA BOVINOCULTURA DE CORTE DA REGIÃO DE ABRANGÊNCIA DO *STATUS* SANITÁRIO LIVRE DE AFTOSA SEM VACINAÇÃO**

| ESTADOS | Rebanho bovino (cabeças) | Produção de carne bovina (eq. carcaça – toneladas) | Exportação de carne bovina (eq. carcaça – toneladas) |
|---|---|---|---|
| Rondônia | 14.367.161 | 510.000 | 132.927 |
| Paraná | 9.275.271 | 351.000 | 25.473 |
| Rio Grande do Sul | 12.551.432 | 480.000 | 23.704 |
| Santa Catarina | 4.296.052 | 140.000 | 2.100 |
| Acre | 3.017.291 | 120.000 | 31 |
| Amazonas (quatorze municípios) | 932.206 | 40.800 | * |
| Mato Grosso (quatro municípios) | 2.485.797 | 132.000 | 923 |
| **TOTAL** | **46.925.210** | **1.773.800** | **185.158** |

*Dados não consolidados
Fonte: dados compilados pelo NESPro/DZ/FA/UFRGS (2020)

## AMPLITUDE REGIONAL

A inclusão dos estados do Rio Grande do Sul e do Paraná na mesma condição do de Santa Catarina deixará toda a região Sul do Brasil livre de aftosa sem vacinação. O Sul representa aproximadamente 15% do rebanho bovino do País e é a principal região de produção e exportação de carne suína (92%). A inclusão de Rondônia, Acre e alguns municípios do Amazonas e de Mato Grosso como áreas de *status* sanitário livre de aftosa sem vacinação abarca 47 milhões de cabeças de bovinos, propiciando uma condição sanitária avançada e com maior reconhecimento e competitividade internacional para o agronegócio de carnes. Assim, todos os setores das cadeias produtivas de carne bovina e de carne suína envolvidos nesse processo vislumbram ganhos efetivos e não economizam esforços para a obtenção desse novo patamar sanitário.

## AS OPORTUNIDADES

Um bom *status* sanitário resulta num rebanho mais saudável, reduz custos e

aumenta a produtividade. Alinhar-se aos demais estados do Sul coloca a pecuária do Rio Grande do Sul no mesmo *status* sanitário e, portanto, sem barreiras para o fluxo de animais às demais regiões do País, além de recuperar o mercado de Santa Catarina, destino importante de bezerros e reprodutores que está fechado desde 2007. No Norte, consolida-se a posição exportadora de carne bovina do estado de Rondônia (quinto exportador nacional) e se induz o seu entorno à inovação e ao aumento de produtividade na pecuária.

## OS DESAFIOS

A garantia de zona livre de aftosa sem vacinação somente será eficaz pela ação integrada dos agentes da cadeia produtiva. Portanto, é importante compreender que os riscos sanitários existem e que sua mitigação somente será efetiva por meio de responsabilidades conjuntas. O compartilhamento de ações deve reunir instituições de Estado (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA – e Serviço Veterinário Oficial – SVO), fundos garantidores do desenvolvimento em sanidade animal, o serviço sanitário privado, a indústria frigorífica, instituições de ensino e pesquisa e os pecuaristas.

O SVO executa a política de Estado e atua como um indutor para a educação sanitária no nível de fazenda. Requer infraestrutura e logística destinadas a coordenar o estoque de animais em cada fazenda, suas movimentações, eventos que concentrem bovinos, o uso de novos instrumentos informatizados e a disponibilização de sistemas on-line destinados à atualização do rebanho pelos produtores.

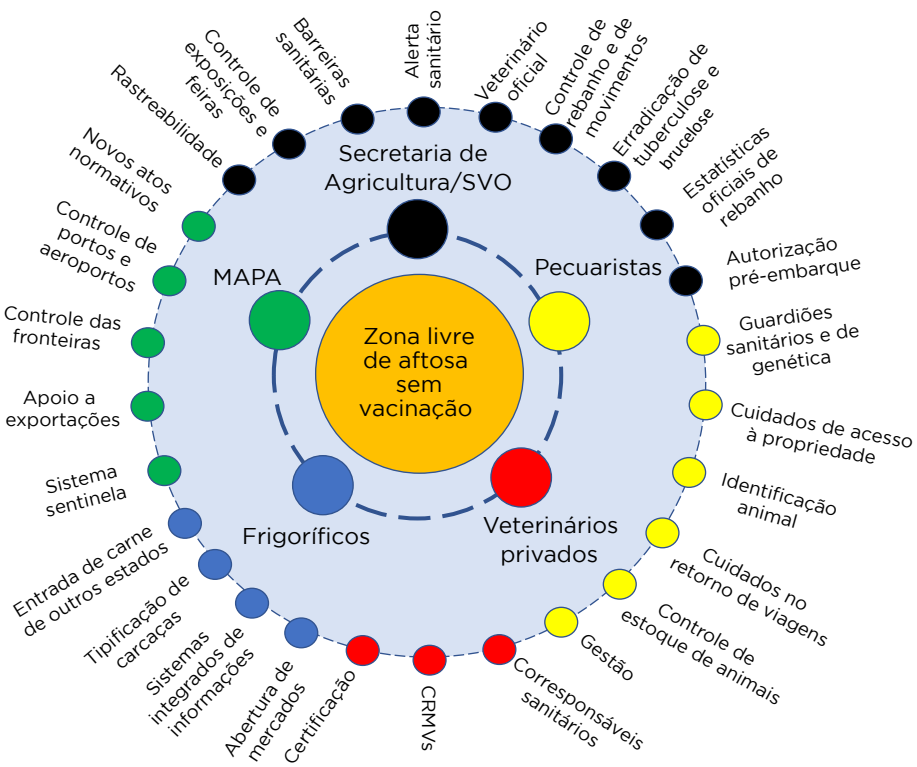
A fiscalização de produtos de origem animal e de pessoas nos aeroportos, nos portos, nas fronteiras com os países – em particular, o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), o Peru e a Bolívia – e nas divisas com os estados será essencial para reduzir os riscos. Nas áreas limítrofes, o uso de animais sentinelas com dispositivos de controle e alerta, rastreados por satélite, servirá de apoio para as respostas imediatas frente à possibilidade de surtos da enfermidade.

A indústria frigorífica deve contemplar ações voltadas para o estímulo à pecuária de corte, a implantação da tipificação de carcaças e a busca de novos canais de exportação, mantendo um fluxo simétrico de informações.

Os veterinários privados deverão atuar como corresponsáveis sanitários, constituindo medidas complementares a uma política sanitária conjunta.

Já o pecuarista é o primeiro guardião do sistema, pois é na sua fazenda que tudo começa. Ele deve exercer, também, medidas de biossegurança para quem entra na sua propriedade e, principalmente, cuidar do acesso de criadores de zonas que ainda vacinam seus rebanhos. No Rio Grande do Sul, o pecuarista é o responsável pela manutenção dos repositórios genéticos (sêmen e embriões) das raças bovinas que têm sido selecionadas há mais de um século, o que exige fundos garantidores específicos frente a eventuais rifles sanitários oficiais. ■

**AÇÕES COMPARTILHADAS DOS AGENTES ENVOLVIDOS PARA ASSEGURAR O *STATUS* SANITÁRIO A PARTIR DE 2021**




1Professor titular da Faculdade de Agronomia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (FA/UFRGS) – julio.barcellos@ufrgs.br

2Pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Agronegócios do Centro de Estudos e Pesquisas em Agronegócios (PPG-Agronegócios/CEPAN/FA/UFRGS)

3Fiscal estadual agropecuária do Rio Grande do Sul e doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Zootecnia do Departamento de Zootecnia (PPG-Zootecnia/DZ/FA/UFRGS)